

Sumário

TEORIA GERAL DO PROCESSO

- 1 MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS – Antonio do Passo Cabral**
 1. Introdução à modificação das convenções processuais: premissas necessárias
 2. Modificação das convenções processuais pelas próprias partes. As cláusulas de adaptação
 - 2.1. Cláusulas de indexação e cláusulas de salvaguarda
 - 2.2. A adaptação do acordo por iniciativa unilateral da parte
 - 2.3. Cláusulas de prorrogação da duração do acordo ou de substituição de termo. Possibilidade de prorrogação automática em caso de omissão
 - 2.4. Cláusulas de renegociação. Cláusulas de *hardship*
 3. Modificação do acordo processual pelo juiz
 - 3.1. Dever de renegociar e o interesse de agir no pedido revisional
 - 3.2. Preferência normativa pela revisão do acordo em relação à sua extinção
 - 3.3. Desequilíbrio superveniente do acordo processual
 - 3.3.1. Cláusula *rebus sic stantibus*, teoria da imprevisão e sua aplicabilidade aos negócios jurídicos processuais
 - 3.3.2. O princípio do equilíbrio contratual e a revisão das convenções processuais
 4. Extinção dos acordos processuais
 - 4.1. Fatos extintivos e cessação involuntária da relação convencional
 - 4.2. Extinção do acordo processual por ato voluntário. Resolução, rescisão, revogação, distrato: falta de uniformidade conceitual
 - 4.2.1. Resolução e rescisão
 - 4.2.1.1. Revogação e distrato
 - 4.2.1.2. Preclusão da possibilidade de revogação ou distrato: preclusões temporais e lógicas. Dificuldade interpretativa nas omissões
 - 4.2.4. Rescisão convencional e sua diferença para a invalidade
 - 4.2.5. Invalidade dos acordos processuais
 - 4.2.5.1. Exigências formais para a invalidação das convenções processuais
 - 4.2.5.1.1. *In dubio pro libertate* e ônus argumentativo
 - 4.2.5.1.2. Instrumentalidade das formas
 - 4.2.5.1.3. Conversão e fungibilidade
 - 4.2.5.1.4. Contraditório prévio e fundamentação
 5. Conclusão
- 2 CONTRADITÓRIO EFETIVO – Daniel Amorim Assumpção Neves**
 1. O princípio do contraditório e o CPC de 2015
 2. Poder de influência
 - 2.1. Direito de influenciar a formação do convencimento do Juízo
 - 2.2. Direito de reagir em tempo hábil
 - 2.3. Direito das partes de terem seus argumentos considerados pelo juiz
 3. Vedação à decisão surpresa
 - 3.1. Introdução

- 3.2. Fundamento fático
 - 3.3. Fundamento jurídico
 - 3.4. Fundamento legal
 4. Relativização do contraditório
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Contraditório diferido
 - 4.3. Dispensa na hipótese de ser o contraditório inútil
 5. Conclusões
- 3 A JUSTIÇA CIVIL NO BRASIL ENTRE A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O CÓDIGO REFORMADO – Daniel Mitidiero**
- 4 DO DEVER JUDICIAL DE ANÁLISE DE TODOS OS ARGUMENTOS (TESSES) SUSCITADOS NO PROCESSO, A APRECIÇÃO DA PROVA E A ACCOUNTABILITY – Dierle Nunes e Lúcio Delfino**
 1. Introdução
 2. O que é isto – o *solipsismo judicial*?
 3. A máxima *iura novit curia* e o atentado ao devido processo constitucional
 4. O contraditório substancial e o repensar do direito processual civil
 5. O *iura novit curia* em tempos de Novo CPC
 6. Do dever judicial de análise de todas as teses suscitadas pelos litigantes
 7. A questão da apreciação das provas, sistemas e *accountability*
 - 7.1. Do princípio da relevância ou pertinência probatória (da proibição da antecipação do resultado da prova)
 8. Considerações finais
- 5 A BOA-FÉ NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – Eduardo Tomasevicius Filho**

Introdução

 1. O conteúdo do princípio da boa-fé
 2. O princípio da boa-fé em ambos os Códigos de Processo Civil
 3. O que mudou no Novo Código de Processo Civil?
 - 3.1. Exigência de novos comportamentos
 - 3.2. Dever de coerência
 - 3.3. Dever de informação
 - 3.4. Dever de cooperação

Considerações finais
- 6 A EFETIVIDADE DO CONTRADITÓRIO E A ATUAÇÃO JUDICIAL: O NOVO ART. 10 DO CPC/2015 – Érico Andrade**
 1. Introdução
 2. O contraditório e os temas levantados de ofício pelo juiz na França e na Itália
 3. O novo art. 10 do CPC/2015: âmbito de aplicação e as consequências da sua violação
 4. Conclusão
- 7 O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: COOPERAÇÃO PARA O PROCESSO – Hermes Zaneti Jr.**
 1. Introdução
 2. O princípio da cooperação e o conflito processual como uma doença: a história do princípio no Brasil

3. A cooperação para o processo: obrigações processuais para as partes e para o juiz decorrentes do princípio da cooperação
4. Tendências contemporâneas para o dever legal de cooperação
5. Conclusões

8 TEMPO, DURAÇÃO RAZOÁVEL E CELERIDADE DO PROCESSO; ENSAIO SOBRE OS MITOS E O TEMPO NECESSÁRIO PARA O JULGAMENTO – João Alberto de Almeida e Thiago Carlos de Souza Brito

Introdução

1. Percepções do tempo quantitativo e qualitativo: *cronos* e *kairos*
2. O tempo no direito processual civil: duração razoável do processo e celeridade
3. Alguns mitos sobre o tempo no processo

Conclusão

9 INSTRUMENTALISMO E GARANTISMO: VISÕES OPOSTAS DO FENÔMENO PROCESSUAL? – José Roberto dos Santos Bedaque

1. A ideia de instrumentalidade do processo
2. A instrumentalidade do processo segundo Cândido Rangel Dinamarco
3. Críticas à visão instrumentalista. A doutrina e a instrumentalidade do processo.
4. Instrumentalidade do processo: não li e não gostei
5. O instrumentalismo e a doutrina processual brasileira
6. Instrumentalismo não se opõe a garantismo
7. Concepções unitária e dualista do direito
8. A instrumentalidade e o devido processo constitucional
9. Instrumentalidade, formalismo, efetividade e ativismo judicial
10. Considerações finais

10 AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL NO ANIVERSÁRIO DOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – José Rogério Cruz e Tucci

11 NEGÓCIO PROCESSUAL E O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO – Marcelo de Oliveira Milagres

1. Introdução
2. Negócio jurídico e autonomia da vontade
3. Acordos processuais
 - 3.1. Em busca de uma definição
 - 3.2. Tipicidade ou atipicidade do negócio processual
 - 3.3. Limites e controle
 - 3.4. Momento de realização
4. Compromisso de ajustamento de conduta
5. Negócio processual e compromisso de ajustamento de conduta pelo Ministério Público
6. Conclusão

12 A ÉTICA E OS PERSONAGENS DO PROCESSO – Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

13 A IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ COMO PRINCÍPIO CONSECUTÓRIO DO PROCESSO COOPERATIVO – Renata C. Vieira Maia

1. Introdução
2. O princípio da identidade física do juiz

- 2.1. Breve esboço histórico da identidade física do juiz nos CPCs de 1939, 1973 e 2015
 3. Da identidade física no processo cooperativo do qual se exige contraditório como poder de influência e não surpresa
 4. Conclusão
- 14 PROCESSO COMO MÉTODO ARGUMENTATIVO ESTATAL DE SOLUÇÃO JUSTA DAS CONTROVÉRSIAS – Samuel Meira Brasil Jr.**
1. Introdução
 2. O alvorecer da ciência processual
 3. Processo como relação jurídica processual
 4. Processo como procedimento em contraditório
 5. Processo como método *argumentativo* de solução das controvérsias
 6. A necessidade da pretensão de correção na prestação jurisdicional
 7. Conclusões
 8. Referências
- 15 DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ENVOLVENDO A COISA JULGADA: LIMITES AO AUTORREGRAMENTO DA VONTADE DAS PARTES – Thiago Pinto Coelho Leone**
1. Introdução
 2. O princípio do autorregramento da vontade
 3. A coisa julgada
 4. As convenções processuais envolvendo a coisa julgada
 - 4.1. Do negócio jurídico sobre os efeitos da decisão judicial transitada em julgado
 - 4.2. Negócios jurídicos sobre a *exceptio rei iudicatae*
 - 4.3. Negócios jurídicos processuais sobre a renúncia ao direito à rescisão do julgado
 - 4.4. Negócio jurídico para afastar a coisa julgada
 5. Conclusões
- 16 O ARTIGO 52, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC E SUA APLICAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – Werther Botelho Spagnol**
1. Contextualização
 2. Definição, no ordenamento jurídico, da competência para o processamento de causas envolvendo o interesse de Entes Federados
 3. A constitucionalidade da opção contida no parágrafo único do art. 52 do CPC. Ajuizamento da demanda contra Estados Federados no foro de domicílio do autor
 4. Conclusão

PROCESSO DE CONHECIMENTO

- 17 TUTELA AUTOSSATISFATIVA E ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA – Ester Camila Gomes Norato Rezende**
1. Introdução
 2. Tutela autossatisfativa como espécie de tutela de urgência
 - 2.1. Sistematização das tutelas de urgência conforme o critério do risco: tutela cautelar, tutela antecipada e tutela autossatisfativa
 - 2.2. Características da tutela autossatisfativa

- 2.3. Aplicação da tutela autossatisfativa no direito brasileiro e sua adequação constitucional
3. Breves considerações sobre a estabilização da tutela antecipada
4. A não confusão entre tutela autossatisfativa e a estabilização da tutela antecipada
5. Conclusão

18 TUTELA SUMÁRIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; APONTAMENTOS ACERCA DA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA – *Fernando Gonzaga Jayme e Alexandre Rodrigues de Sousa*

1. Introdução: da tutela antecipada à sua estabilização
2. Estabilização da tutela antecipada no CPC/2015: breve síntese do procedimento
3. Apontamentos críticos à estabilização da tutela antecipada no novo CPC
 - 3.1. Incoerência no procedimento: aditamento da inicial prévio à eventual interposição de recurso
 - 3.2. A estabilização e os direitos indisponíveis
 - 3.3. Processos contra a Fazenda Pública
 - 3.4. A tutela antecipatória estabilizada e a formação de coisa julgada
4. Conclusões

19 A DISTRIBUIÇÃO LEGAL, JURISDICIONAL E CONVENCIONAL DO ÔNUS DA PROVA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO – *Fredie Didier Jr.*

1. Introdução
2. Conceito de ônus da prova. Dimensões (funções) objetiva e subjetiva
3. Ônus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária
4. Distribuição legal do ônus da prova
 - 4.1 Generalidades
 - 4.2. A “inversão *ope legis*” do ônus da prova
 - 4.3. Prova diabólica. Prova duplamente diabólica
 - 4.4. Ônus da prova de fato negativo
5. Distribuição convencional do ônus da prova
6. Distribuição do ônus da prova feita pelo juiz
 - 6.1. Generalidades
 - 6.2. Pressupostos formais gerais
 - 6.2.1. Decisão motivada
 - 6.2.2. Momento da redistribuição
 - 6.2.3. Proibição de a redistribuição implicar prova diabólica reversa
 - 6.3. A regra geral de distribuição do ônus da prova feita pelo juiz
 - 6.4. A inversão do ônus da prova feita pelo juiz em causas de consumo

20 CONSIDERAÇÕES SOBRE COISA JULGADA: LIMITES OBJETIVOS E EFICÁCIA PRECLUSIVA – *Giovanni Bonato*

1. Introdução
2. Os limites objetivos da coisa julgada e as questões prejudiciais no CPC de 1973
3. Os limites objetivos da coisa julgada e as questões prejudiciais no direito italiano
4. A extensão da coisa julgada às questões prejudiciais no NCPC brasileiro
5. A eficácia preclusiva da coisa julgada
6. Coisa julgada e situações jurídicas não pedidas
7. Conclusões

- 21 AS NOVAS MODALIDADES DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: O DISCOVERY “À BRASILEIRA” – Gláucio Maciel Gonçalves e Marcelo Veiga Franco**
1. Introdução
 2. O exemplo do sistema processual dos EUA: a importância da fase pré-processual para prevenir a judicialização desnecessária de conflitos e estimular o emprego de meios adequados de solução de disputas
 - 2.1. O *discovery* como a mais importante técnica pré-processual
 3. A produção antecipada da prova no Código de Processo Civil de 2015: as novas modalidades como uma técnica adequada de prevenção e solução de conflitos
 4. Considerações finais
- 22 APLICAÇÃO DA REMESSA NECESSÁRIA EM DECISÃO DE MÉRITO REALIZADA EM DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS – Jason Soares de Albergaria Neto e Isis Ribeiro Pinto**
1. Introdução
 2. Origem e evolução legislativa
 3. Do objetivo da remessa necessária
 4. Hipóteses de cabimento da remessa necessária
 5. Das hipóteses, além das sentenças
 6. Novos conceitos de sentença e decisão interlocutória no NCPC
 - 6.1. Evolução do conceito de sentença no ordenamento jurídico pátrio
 - 6.2. O conceito de sentença no CPC/2015
 - 6.3. Decisão interlocutória no CPC/2015
 7. Conclusão
- 23 SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL, LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO UNITÁRIO E COISA JULGADA NO SISTEMA DO CPC DE 2015 – José Marcos Rodrigues Vieira**
- 24 SANEAMENTO DO PROCESSO, ESTABILIDADE E COISA JULGADA – Leonardo Greco**
1. Modelos rígidos e flexíveis de procedimento em 1º grau
 2. O despacho saneador em Portugal e no Brasil
 3. Preclusões rígidas desagradam tanto ao publicismo quanto ao privatismo
 4. Necessidade de flexibilidade e divergências doutrinárias
 5. Decisão de saneamento
 6. A estabilização da decisão de saneamento no Código de 2015
 7. Questões processuais pendentes
 8. Questões de fato e questões de direito
 9. Decisão sobre as provas a serem produzidas
 10. Distribuição do ônus da prova
 11. Pedido de esclarecimentos ou ajustes
 12. Acordos sobre matérias da decisão de saneamento
 13. Audiência de saneamento
 14. Rol de testemunhas
 15. Calendarização da prova pericial e atos de impulso
 16. Tutela da urgência e da evidência
 17. Decisões de mérito e coisa julgada
 18. Deficiências do saneador, nulidade, rescisória e erros materiais
 19. Considerações finais

- 25 A DIFICULDADE EM VER QUE A COISA JULGADA PODE SER INVOCADA POR TERCEIROS – Luiz Guilherme Marinoni**
1. Delimitação do problema
 2. A influência da ideia de coisa julgada enquanto tutela de um bem
 3. A regra de que a coisa julgada é restrita às partes e a consequente perspectiva de enfoque dos terceiros
 4. A percepção de que o interesse na coisa julgada não é apenas da parte e a superação da regra da mutualidade no *common law*
 5. Os diferentes modos de ver a relação entre a coisa julgada e os terceiros no *civil law* e no *common law*
 6. Reconstrução do conceito de coisa julgada: a possível invocação pelo terceiro contra o vencido
- 26 O (LIVRE) CONVENCIMENTO MOTIVADO E O INDISSOCIÁVEL DIREITO FUNDAMENTAL À PROVA – BASE PARA A LEGITIMIDADE DOS PROVIMENTOS – Maurício Ferreira Cunha**
1. Introdução
 2. Cognição e (livre) convencimento motivado
 3. O processo a partir do Estado Democrático de Direito: necessária vinculação como decorrência da leitura do texto constitucional
 4. A argumentação discursiva pelo contraditório (evolução do conceito de processo) e o direito fundamental à prova
 5. Legitimidade dos provimentos e fundamentação racional
 - 5.1. Adequabilidade ao ordenamento pátrio e formato de construção do provimento
 - 5.2. A colaboração na atividade instrutória: processo cooperativo como premissa básica
 - 5.3. O texto positivamente constitucionalizado (princípios) alicerçando a racionalidade do provimento (legalidade estrita)
 6. Conclusão

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E PROCESSO COLETIVO

- 27 O REGIME DE COMPETÊNCIA NAS AÇÕES COLETIVAS E O CONTROLE JUDICIAL DA COMPETÊNCIA ADEQUADA NO DIREITO BRASILEIRO – Adriana Mandim Theodoro de Mello e Neman Mancilha Murad.**
- Breve homenagem
1. Introdução
 2. As normas de atribuição de competência no processo coletivo brasileiro
 - 2.1. O microsistema de processo coletivo: o papel da Lei de Ação Civil Pública e do CDC no regramento da tutela coletiva de direitos
 - 2.2. A regra geral: competência absoluta do foro do local do dano
 - 2.3. A competência para os conflitos de caráter regional e nacional: art. 93, II, do CDC
 3. Impactos negativos do modelo de foros concorrentes para a definição de competência das ações coletivas
 - 3.1. *Forum Shopping*: o exercício abusivo do direito de escolha de foro pelo autor coletivo
 - 3.2. A pulverização de demandas em diversos foros potencialmente competentes

- 3.3. A solução trazida pelo *microssistema*: modificações de competência territorial absoluta e reunião dos processos no juízo prevento
4. O controle judicial da competência adequada como instrumento para equacionar as consequências negativas do modelo de foros concorrentes
 - 4.1. O *forum non conveniens*: primeiras reflexões sobre o controle da competência adequada na doutrina nacional
 - 4.2. A aplicação do *forum non conveniens* no processo coletivo: o princípio da competência adequada
5. Considerações finais

28 A DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: PRETENSÕES VEICULÁVEIS, SOCIEDADES ALCANÇADAS E LEGITIMIDADE – Rodrigo Mazzei e Tiago Figueiredo Gonçalves

1. Introdução
2. Dissolução total e dissolução parcial de sociedade e procedimentos para o exercício das respectivas pretensões
3. Das sociedades sujeitas à dissolução parcial
 - 3.1. Dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado pela quebra da “*affectio societatis*”
 - 3.2. Dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado por não poder preencher o seu fim
4. Pretensões cumuláveis na ação de dissolução parcial
5. Legitimidade ativa
 - 5.1. Legitimidade ativa do espólio em caso de morte do sócio
 - 5.2. Legitimidade ativa do(s) sucessor(es) em caso de morte do sócio
 - 5.3. Legitimidade ativa da sociedade em caso de morte do sócio
 - 5.4. Legitimidade ativa do sócio retirante
 - 5.4.1. Exercício prévio do direito de retirada
 - 5.4.2. Não alteração contratual consensual
 - 5.5. Legitimidade ativa da sociedade no caso de exclusão do sócio
 - 5.6. Legitimidade ativa do sócio excluído
 - 5.7. Legitimidade ativa do cônjuge ou companheiro do sócio cujo casamento união estável ou convivência terminou
6. Legitimidade passiva

29 O MODELO DE TUTELA COLETIVA PROCESSUAL BRASILEIRO E O DESAFIO DA INCLUSÃO SOCIAL – Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau e Thaís Costa Teixeira Viana

1. Introdução
2. O modelo contemporâneo de democracia constitucional e seus discursos contramajoritários: o desafio da inclusão social
 - 2.1. Inclusão social e cidadania no Estado Democrático de Direito Brasileiro
3. A consolidação do modelo jusprocessual de inclusão social e o sistema integrado de tutela aos direitos coletivos
 - 3.1. Os direitos coletivos em sentido *lato* e a proteção às minorias
4. Os institutos do processo coletivo brasileiro na promoção da cidadania e da inclusão social
5. Conclusão

- 30 FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL: ANÁLISE DOS PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DISTINÇÃO DA SITUAÇÃO DAS ALIENAÇÕES SUCESSIVAS – *Camila Campos Baumgratz Delgado***
1. A regulamentação da fraude no ordenamento jurídico brasileiro. A fraude à execução fiscal – previsão legal e alterações legislativas
 2. Análise crítica do acórdão de julgamento do Recurso Especial 1.141.990 pelo Superior Tribunal de Justiça: entendimento anterior da mesma Corte e precedentes mencionados no acórdão
 3. A inaplicabilidade do entendimento do Recurso Especial 1.141.990 para os casos de alienações sucessivas de bens
- 31 O USO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS PELO PODER PÚBLICO: A INCONSTITUCIONALIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 94 DE 2016 – *Carolina Paim Silva***
1. Introdução
 2. A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.679/DF
 3. Análise crítica das questões levantadas na ADI nº 5.679/DF
 - 3.1. Argumentos pela inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 94
 - 3.2. Argumentos pela constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 94
 4. Conclusão
- 32 PODER GERAL DE ADOÇÃO DE MEDIDAS COERCITIVAS E SUB-ROGATÓRIAS NAS DIFERENTES ESPÉCIES DE EXECUÇÃO – *Eduardo Talamini***
1. Introdução
 2. Tutela dos deveres de fazer e não fazer (execução fundada em “título judicial”)
 - 2.1. Eficácia mandamental dos provimentos fundados no art. 497
 - 2.2. A regra específica autorizadora de medidas atípicas
 - 2.3. Medidas sub-roгатórias e medidas coercitivas atípicas
 - 2.4. Parâmetros para a definição das medidas atípicas
 - 2.5. Os limites da prisão civil
 - 2.6. Medidas sub-roгатórias atípicas
 - 2.7. A coexistência de mecanismos sub-roгатórios e coercitivos
 3. Execução de obrigação de fazer ou não fazer fundada em título extrajudicial
 - 3.1. Inexistência de provimento mandamental
 - 3.2. Disciplina própria para a multa coercitiva
 - 3.3. Medidas sub-roгатórias
 - 3.4. Não cabimento de medidas coercitivas atípicas
 - 3.5. Medidas atípicas na hipótese de concessão de tutela urgente na execução
 4. Tutela para entrega de coisa
 - 4.1. Irrelevância do art. 139, IV
 - 4.2. O caráter subsidiário da incidência da multa e das medidas atípicas
 - 4.3. Medidas sub-roгатórias atípicas – A medida atípica de intervenção judicial
 - 4.4. A eficácia mandamental e o emprego de meios coercitivos: limites
 - 4.5. A aplicação de multa e medidas sub-roгатórias e coercitivas atípicas na execução para a entrega de coisa fundada no título extrajudicial
 5. Execução por quantia certa (título judicial e extrajudicial)
 - 5.1. A divergência doutrinária
 - 5.2. Os fundamentos para a diversidade de modelos de tutela
 - 5.3. Devedor sem patrimônio para responder pela dívida
 - 5.4. Devedor com dinheiro em espécie suficiente para responder pela dívida

- 5.5. Devedor solvente, mas sem liquidez
- 6. Medidas coercitivas típicas na execução por quantia certa
- 7. Os juros (coerção pecuniária periódica) – O paradoxo da multa
- 8. As modalidades expropriatórias executivas – Suficiência dos meios subrogatórios
 - 8.1. O campo de incidência das medidas atípicas: dever de colaboração e não obstrução da justiça; preservação patrimonial
 - 8.2. Ordem do juiz e medidas atípicas
 - 8.3. Tutela antecipada urgente na execução
 - 8.4. Execução de alimentos
 - 8.5. Breve nota comparativa
- 9. Para não dizer que não falei das medidas indutivas
- 10. Conclusão

33 BREVE HISTÓRICO LEGISLATIVO E DOUTRINÁRIO DA DICOTOMIA COGNIÇÃO-EXECUÇÃO NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO – AUTONOMIA OU SINCRETISMO? – Heitor Vitor Mendonça Sica

- 1. Introdução
- 2. Premissas teóricas acerca da execução civil
- 3. Dicotomia cognição-execução no direito romano e medieval e seu legado para os sistemas processuais contemporâneos
- 4. Recíproca autonomia entre cognição e execução no sistema jurídico brasileiro: estruturação dogmática e legislativa
- 5. (Segue) Paulatina desconstrução dogmática e pretoriana
- 6. (Segue) Paulatina desconstrução legislativa
- 7. Impactos da desconstrução legislativa da recíproca autonomia (breve síntese crítica)
- 8. Iniciativa ou impulso para a execução de título judicial produzido perante a jurisdição estatal civil brasileira
- 9. Superação dos demais fundamentos pela autonomia do processo de execução de título judicial produzido pela jurisdição estatal civil brasileira
- 10. Conclusão

PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

34 O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DOS PRECEDENTES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 – Alexandre Quintino Santiago e Tatiana Rocha Robortella

- 1. Introdução
- 2. Aspectos gerais
- 3. Natureza jurídica
- 4. Requisitos
- 5. Legitimidade
- 6. Competência para processamento e julgamento
 - 6.1. Regimento Interno do TJMG
 - 6.2. IRDR sobre matéria de competência dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública
- 7. Procedimento
- 8. Aplicação da tese jurídica
- 9. Recursos cabíveis
- 10. Conclusão

35 OS DESAFIOS DA APELAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 – Arruda Alvim

Introdução

1. O julgamento das causas maduras em sede de apelação
2. Sobre o cabimento da apelação contra as decisões interlocutórias que resolvem múltiplas questões
3. A apelação contra as decisões interlocutórias e o recurso subordinado do vencedor

Considerações finais

36 PRECEDENTES VINCULANTES NO CPC/2015 COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DE UM PROCESSO ESTRUTURAL – Bernardo Ribeiro Câmara e Igor de Oliveira Mansur

1. Introdução
2. Diferenciação entre precedente (pelo CPC/15), jurisprudência e súmula
3. Considerações iniciais sobre a estrutura normativa do sistema de precedentes no CPC/15
 - 3.1. Artigo 926 do CPC/15 – uma norma principiológica
 - 3.1.1. Dever de estabilidade
 - 3.1.2. Dever de integridade
 - 3.1.3. Dever de coerência
 - 3.2. Artigo 927 do CPC/15 – da existência de precedentes vinculantes
4. Vantagens para adoção de um sistema de precedentes vinculantes
 - 4.1. Segurança jurídica
 - 4.2. Isonomia
 - 4.3. Duração razoável do processo
5. Decisões estruturantes
 - 5.1. Conceito
 - 5.2. Exemplo do potencial uso do precedente vinculante como instrumento capaz de criar decisões estruturais
6. Conclusão

37 RECURSO DO VENCEDOR NO IRDR: HOMENAGEM A HUMBERTO THEODORO JÚNIOR – Carolina Uzeda

1. Introdução
2. O recurso do vencedor no IRDR. Com a palavra: Humberto Theodoro Júnior
3. O recurso do vencedor no IRDR
4. Cabimento de Recurso Especial para formação de precedente de abrangência nacional
5. Conclusão

38 TEORIA BRASILEIRA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E O ARGUMENTO NOVO, NÃO CONSIDERADO NA FORMAÇÃO DA TESE JURÍDICA – Délio Mota de Oliveira Júnior

1. Introdução
2. A distinção (*distinguishing*) e a superação (*overruling*): uma análise interpretativa
 - 2.1. A técnica da distinção (*distinguishing*)
 - 2.2. A técnica da superação (*overruling*)
3. A formação dos precedentes judiciais
4. Análise acerca da não aplicação da tese jurídica em razão de argumento novo, não abordado na fundamentação do precedente judicial

5. Conclusão

39 A PRÁTICA DO SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS: ENTRE FANTASMAS E POTENCIAIS
– *Edilson Vitorelli*

1. Proposta
2. O que é um precedente?
3. Uma não revolução: o sistema de precedentes judiciais obrigatórios não é novo
4. O Brasil precisa de um sistema de precedentes?
5. O sistema de precedentes mudará a Justiça brasileira?
6. O sistema de precedentes e o direito comparado: dois mitos
7. Em quais ocasiões o sistema de precedentes do CPC poderá funcionar bem?
8. Em quais situações o sistema de precedentes do CPC poderá funcionar mal?
 - 8.1. Casos com variantes fáticas complexas
 - 8.2. Precedentes à brasileira
 - 8.3. O processo coletivo
9. Considerações finais

40 PERSPECTIVAS DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS PELA JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ –
Guilherme Costa Leroy

1. A sistemática dos honorários advocatícios recursais
2. Panorama jurisprudencial do STF e STJ
 - 2.1. Função dos honorários advocatícios recursais: remuneração e/ou punição?
 - 2.2. Honorários advocatícios recursais frente ao direito intertemporal
3. Considerações finais

41 O AGRAVO DE INSTRUMENTO EM PERSPECTIVA: REFLEXÕES EM TORNO DA NATUREZA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC – *Juliana Cordeiro de Faria, Edgard Audomar Marx Neto e Marcelo Andrade Féres*

1. Introdução: dois anos de vigência do CPC/2015 e as polêmicas em torno do agravo de instrumento
2. Breve panorama da história evolutiva do agravo de instrumento e os modelos de recorribilidade das interlocutórias
3. Decisão interlocutória e sua (ir)recorribilidade imediata e em separado: a ruptura do sistema de preclusão no CPC/2015
4. Nova sistemática de recorribilidade e o resgate de uma anacrônica solução: o mandado de segurança contra decisões interlocutórias não incluídas no rol do art. 1.015
5. A tentativa de se combater o anacronismo: possíveis soluções?
 - 5.1. A natureza do rol: exemplificativo ou taxativo?
 - 5.2. Taxatividade e interpretação extensiva: um paradoxo?
6. Conclusão: resistir à tentação é preciso

42 AÇÃO RESCISÓRIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 – *Paulo Henrique Dos Santos Lucon*

1. Introdução
2. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz
3. Juiz impedido ou absolutamente incompetente
4. Dolo da parte vencedora e colusão entre as partes
5. Ofensa à coisa julgada
6. Violação à norma jurídica

7. Prova falsa
8. Prova nova e documento novo
9. Erro de fato
10. Prazo decadencial
11. Encerramento

43 O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – Ricardo de Carvalho Aprigliano

1. Homenagem ao professor Humberto Theodoro Júnior
2. Introdução
3. Função constitucional do Superior Tribunal de Justiça
4. Feriado local e a tempestividade do recurso especial. Exigência no ato da interposição e a possibilidade de sua comprovação posterior
5. A ampliação do rol de hipóteses do artigo 1.015. Em particular, o Agravo de Instrumento sobre decisões que versem sobre competência
6. O papel do Superior Tribunal de Justiça na formulação dos precedentes no direito brasileiro
7. Conclusões

44 PANORAMA CONTEMPORÂNEO DA RECORRIBILIDADE DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS – Ronaldo Vasconcelos

1. Introdução
2. O Código de Processo Civil de 2015
3. Desdobramentos do novo sistema processual
 - 3.1. Aparente colisão entre os binômios rapidez-probabilidade X segurança-certeza
 - 3.2. Presunção de acerto das determinações *a quo* e o *case management*
4. Ainda a aparente colisão dos binômios rapidez-probabilidade X segurança-certeza: impossibilidade da atribuição de efeito suspensivo ao agravo interposto contra decisão parcial de mérito
5. Conclusões

45 TEMAS COMUNS E SOLUÇÕES DIVERSAS NO STJ E NO STF – Sérgio Luiz Kukina

1. Introdução
2. Da aparição do STJ e de sua convivência com o STF
3. Perspectivas frente ao CPC/2015
4. Arranjos possíveis para a superação do *imbroglío*
5. Conclusão

46 A LEI 13.655/2018, A MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA E NORMAS DE DIREITO INTERTEMPORAL – Teresa Arruda Alvim

1. Palavras ao homenageado
2. A necessidade de que situações idênticas sejam decididas da mesma forma – A Súmula 343
3. Sobre a necessidade de preservação de certas situações
4. Alteração da jurisprudência
5. Preservação de outros valores
6. Princípio da confiança
7. Lei 13.655/2018 (alterações na LINDB)

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS

- 47 A VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO EFETIVO E A CONSEQUENTE NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL –**
Fernanda Theodoro Gomes
1. O procedimento arbitral no Brasil e a sua natureza jurisdicional
 2. O contraditório no procedimento arbitral.
 3. O ônus da prova no procedimento arbitral
 4. A sentença arbitral e as hipóteses de nulidade
- 48 UMA QUESTÃO POLÊMICA: O ÁRBITRO É OBRIGADO A OBSERVAR OS PRECEDENTES JUDICIAIS? –**
Luiza Gonzaga Drumond Cenachi
1. Introdução
 2. Uma premissa necessária: arbitragem é jurisdição e se insere no modelo constitucional de processo
 3. Correntes
 - 3.1. Fundamentos contrários à vinculação do árbitro aos precedentes judiciais
 - 3.2. Fundamentos favoráveis à vinculação do árbitro aos precedentes judiciais
 4. Notas conclusivas
- 49 ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DA EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL: UMA ANÁLISE EM TORNO DA CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO –**
Suzana Santi Cremasco e Bruno Giannetti Viana
1. Considerações iniciais
 2. Certeza, liquidez e exigibilidade da sentença arbitral
 - 2.1. O prazo para propor ação declaratória de nulidade da sentença arbitral
 - 2.2. A liquidação da sentença arbitral
 - 2.3. A eficácia executiva da sentença arbitral contrária a precedente judicial
 3. Conclusões
- 50 PRESENTE E FUTURO DA MEDIAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS –**
Trícia Navarro Xavier Cabral
1. Introdução
 2. A evolução legislativa da mediação
 3. Justiça Multiportas
 4. Aspectos relevantes da Lei de Mediação
 5. A mediação no Código de Processo Civil
 6. Desafios e perspectivas da mediação no Brasil